

COMANDO DA 4 REGIAO MILITAR/DIV EX

Termo de Referência 85/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Status

ASSINADO

Editado por

AUREO LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR

Atualizado em

26/05/2026 15:26 (v 0.26)

85/2025

160118-COMANDO DA 4 REGIAO MILITAR/DIV EX

Outras informações

Categoria

Não se aplica/Não se aplica

Número da Contratação

Processo Administrativo

64316.045129/2025-32

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de conectividade dedicada, ponto a ponto em camada 2, para o transporte de quaisquer tipos de dados por meio de fibra óptica, em velocidade de 500 Mbps, entre o 21º CT, situado em Belo Horizonte-MG e o 7º Centro de Telemática de Área, situado em Brasília-DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	CÓD. PMC-TIC	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	serviço de conectividade dedicada, ponto a ponto em camada 2, para o transporte de quaisquer tipos de dados por meio de fibra óptica, em velocidade de 500 Mbps, entre o 21º CT, situado em Belo Horizonte-MG e o 7º Centro de Telemática de Área, situado em Brasília-DF	26484	unidade	Não se aplica	12	R\$ 6.410,55	R\$ 76.926,60

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de serviço de conexão para transporte de quaisquer dados, que requer fornecimento permanente.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses (máximo de 5 anos), contados do(a) assinatura do termo de contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pelos tópicos específicos, pormenorizados nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1. O presente processo resultará na formação de Ata de Registro de Preços, tendo em vista que serão atendidas mais de uma Organização Militar, todavia a contratação e a fiscalização do serviço contratado será realizada pela Unidade Gerenciadora.

2.1.2. Não serão permitidas adesões à Ata de Registro de Preços resultante da contratação, uma vez que a mesma visa a conectividade dedicada, por meio de fibra óptica entre pontos de presença, previamente determinados.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000420/2026 ;

II) Data de publicação no PNCP: 30/12/2025 ;

III) Id do item no PCA: 147 ;

IV) Classe/Grupo: 142 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ; e

V) Identificador da Futura Contratação: 160118-23/2026

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com o Plano Estratégico do Exército 2024-2027, com o Plano de Gestão do SisTEx 2022-2025, com o Plano de Gestão do 21º CT 2024-2025, com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do 21º CT e com o Plano Diretor de Logística Sustentável 2024-2025, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
Plano Estratégico do Exército 2024-2027	
ID	Objetivos Estratégicos
OEE 6	Aperfeiçoar os Sistemas de Informação e de Comando e Controle do Exército:  6.2.3.1 Reestruturar a infraestrutura de TI em apoio ao Sistema de Comando e Controle do Exército (SC²Ex).
Plano de Gestão do SisTEx 2022-2025	
ID	Objetivos Estratégicos
OET 1	Entregar serviços alinhados com os requisitos do Exército Brasileiro
OEO	Aperfeiçoar a Infraestrutura de Hospedagem e das Redes Corporativas.
Plano de Gestão do 21º CT 2024-2025	
ID	Objetivos Estratégicos
OET 1	Entregar serviços alinhados com as necessidades das OM na área de atuação da 4ª RM
OET 4	Aperfeiçoar a infraestrutura de hospedagem do Data Center Regional do 21º CT, assim como as Redes Corporativas da 4ª RM.

Alinhamento ao PDTIC do 21º Centro de Telemática 2024-2025			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
Ação A15	Implantar e manter enlaces redundantes do Backbone Regional do 21º CT.	M10	Manter e melhorar os enlaces de acesso das OM na área de atuação da 4ª RM à EBNet e Internet com alta disponibilidade.

Plano Diretor de Logística Sustentável 2024-2025	
ID	Objetivos Estratégicos
7	Reduzir o uso de papel e cartuchos para impressão; - Priorizar a tramitação de documentos de forma digital; - Adquirir papel reciclado /sustentável; - Priorizar a impressão em papel frente e verso; - Adotar a Ecofonte; - Confeccionar blocos de anotações com papel de rascunho.
8	Tornar sustentáveis as compras e contratações públicas adequando a estas práticas o chamado "Consumo Sustentável".

2.6. Por **não** se tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação não será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O processo de contratação de serviços de conectividade dedicada, de abrangência nacional, ponto a ponto em camada 2, entre o 21º Centro de Telemática e o 7º Centro de Telemática de Área, para transporte de quaisquer tipos de dados, especialmente protocolo de internet (IP), visa a manutenção da conectividade com a EBNet e a Internet, corroborando com um preço mais vantajoso para o Sistema de Telemática do Exército (SisTex).

3.3. A solução deverá possuir velocidade mínima garantida de 500 Mbps (quinhentos megabits por segundo), por meio de link do tipo simétrico, através de fibra óptica, com a mesma velocidade para download e upload, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias da semana, a partir de sua ativação até o término do contrato, entre o 21º Centro de Telemática, situado em Belo Horizonte-MG, e o 7º Centro de Telemática de Área, situado em Brasília-DF.

3.4. O quantitativo do serviço a ser contratado, assim como seu dimensionamento, encontra-se especificado no "item 1. **CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**".

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Requisitos de Negócio

4.1. Todos os serviços deverão ser fornecidos com banda garantida. Entende-se por banda garantida o valor efetivo de banda entregue ao CONTRATANTE, desconsiderando os custos indiretos da tecnologia utilizada.

4.2. A comunicação de dados se constituirá de enlaces dedicados ponto a ponto em camada 2 do modelo OSI (Metro Ethernet), por meio de fibra óptica entre os pontos de presença a seguir descritos:

4.2.1. **Ponto A:** 21º Centro de Telemática, situado na Avenida Raja Gabágliã, 450, Gutierrez, Belo Horizonte - MG, CEP 30.441-070, Geolocalização: -19.940337, -43.955772; e

4.2.2. **Ponto B:** 7º Centro de Telemática de Área, situado na Av. Duque de Caxias S/N SMU 7º Centro de Telemática de Área, Brasília - DF, 70630-000, Geolocalização: -15.773144, -47.932229.

4.3. Os roteadores do CONTRATANTE – os CE (Customers Edge) – são roteadores Cisco:

4.3.1. 21º Centro de Telemática: **CISCO N540-12Z20G-SYS-A**; e

4.3.2. 7º Centro de Telemática: **CISCO N540-28Z4C-SYS-A**.

4.4. Os enlaces ponto a ponto poderão ser providos por quaisquer tecnologias de transporte WAN, por exemplo, DWDM, SONET/SDH, GFP, VPWS e MPLS L2, desde que, acerca da tecnologia ofertada, seja possível:

4.4.1. Que o CONTRATANTE possa constituir políticas de QoS (padrões das RFC 2474 e 2475 – DiffServ, complementados pela RFC 2597 – Assured Forwarding PHB e pela RFC 2598 – Expedited Forwarding);

4.4.2. Que o CONTRATANTE possa configurar protocolos de roteamento, como por exemplo, OSPF, BGP, dentre outros;

4.4.3. Que o CONTRATANTE possa configurar uma conexão Ethernet IEEE 802.3-2002 e VLANs (Layer 2 VPN) sobre as Virtual Connection (VC);

4.4.4. Que o CONTRATANTE possa configurar uma conexão SD-WAN (WAN definida por software); e

4.4.5. Que o CONTRATANTE possa configurar quaisquer protocolos, sem restrições, de camadas 2 e superiores.

4.5. Os Ethernet Virtual Connection (EVC) deverão ser estabelecidos sobre interfaces físicas elétricas dos equipamentos existentes no 21º CT e no 7º CTA, não sendo aceitos, salvo por decisão do CONTRATANTE, duas VC (por exemplo) sobre a mesma interface física do equipamento do CONTRATANTE.

4.5.1. Este item não influencia na quantidade de UNI (User-Network Interface) que a CONTRATADA instalará nos pontos de presença, sendo aceito, inclusive, serviço de multiplexação, que pode ser solicitado pelo CONTRATANTE para minimizar a necessidade de espaço, alimentação e cabeamento.

4.6. Não poderão ser aceitos EVC sobre tecnologias, como por exemplo MPLS L3, que possam influenciar os protocolos de camada 3, instanciados pelo CONTRATANTE, como, por exemplo, o OSPFv2 e o OSPFv3.

4.7. As tags de VLAN constantes nos frames do CONTRATANTE, denominados de CE-VLAN ID, devem ser preservadas.

4.8. O VC deve permitir, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, três ou mais CE-VLAN ID.

4.9. Não poderá haver limitação de tráfego por tipo de frame (unicast, multicast, broadcast ou L2CP), salvo por solicitação do CONTRATANTE.

**4.10. Deverá ser capaz de transmitir Jumbo Frames de no mínimo 4.000 bytes, preferencialmente de 9.026 bytes.**

4.10. A largura de banda deve sempre estar disponível na totalidade do fluxo contratado.

4.11. A última milha, que é circuito dedicado entre a Borda do Provedor (PE, Provider Edge) e o UNI ou o CE, deverá utilizar fibra óptica como meio de transmissão.

**4.11.1. Deverá ofertar redundância de equipamentos CPE no 21º CT e no 7º CTA.**

**4.11.2. Deverá ter dupla abordagem (dual ou multi-homed) de acesso ao 21º CT e ao 7º CTA.**

4.11.3. Nos casos em que a última milha seja conectada diretamente ao CE, deverá ser fornecido, como comodato, os adaptadores SPF ou SPF+, que se fizerem necessários, para os roteadores ou switches do CONTRATANTE e a critério deste;

4.11.4. O cabeamento da última milha será instalado em terrenos e edificações do CONTRATANTE e deverá constar no projeto de implementação elaborado pela CONTRATADA, conforme itens 4.31 e 4.32 deste Termo de Referência.

4.11.4.1. No caso de existência de cabeamento provido pela CONTRATADA, em contratações pretéritas ainda ativas, a mesma deverá promover novo lançamento, a fim de garantir a segregação física da infovia.

4.11.5. Nos casos em que a CONTRATADA forneça os equipamentos, que sejam preferencialmente dual fonte, caso contrário, pode fornecer 2 equipamentos, obedecendo os requisitos presentes neste Termo de Referência.

4.11.6. A CONTRATADA poderá utilizar a infraestrutura do CONTRATANTE, como dutos, canaletas, eletrocalhas, postes locais, entre outros, caso existam espaços disponíveis para passagem de cabeamento, ficando a CONTRATADA responsável pela manutenção em caso de indisponibilidade, devendo realizar novo lançamento na última milha por trecho distinto do anterior, se for o caso.

4.11.7. O CONTRATANTE, a seu critério, pode solicitar à CONTRATADA, que o acesso entre seu equipamento (roteador CE) e o dela, seja implementado através de portas duplas, utilizando agregação de links/EtherChannel (protocolo LACP) com Load Balance entre eles, para fins de alta disponibilidade, bem como especificar o tipo de cabeamento de acesso a ser utilizado (óptico ou metálico).

4.12. A CONTRATADA deverá utilizar, nas dependências do CONTRATANTE, somente material não suscetível a propagação de fogo.

4.13. Nos preços praticados pela CONTRATADA, deverão estar contemplados todos os custos envolvidos na prestação dos serviços, incluindo meios de transmissão, portas, ativos de rede, acesso, demais equipamentos, despesas com manutenção e instalação. Isso pode, por exemplo, incluir a necessidade do fornecimento, em comodato, de transceptores ópticos (Gbics) compatíveis com os roteadores do CONTRATANTE para a comunicação com a CONTRATADA.

4.14. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a desativação, ampliação ou redução do serviço, sem que isso gere ônus para o mesmo.

4.15. Os serviços deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos feriados e finais de semana. Caso haja necessidade de interrupção, esta deverá ser solicitada pela CONTRATADA com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e devidamente autorizada pelo CONTRATANTE.

4.15.1. Qualquer intervenção, mesmo não implicando inoperância dos serviços ou alteração de suas características, deverá ser agendada e acordada previamente com o CONTRATANTE, exceto quanto tratar de emergência. Nesse último caso, o CONTRATANTE deverá ser informado da necessidade de intervenção emergencial.

4.16. A partir da solicitação de desativação do serviço, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para concluir aquela desativação. A partir deste prazo, o referido PP não mais gerará ônus ao CONTRATANTE.

4.17. A CONTRATADA é a responsável pela resolução dos incidentes e problemas que afetem o desempenho e a operacionalidade dos serviços contratados.

4.18. Os Níveis Mínimos de Serviço (NMS) devem ser cumpridos conforme CADERNO DE MÉTRICAS E NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS (NMS).

4.19. O CONTRATANTE se reserva no direito de avaliar as características técnicas, especificadas por seus próprios meios, ou por intermédio de terceiros por ele designados.

### **Requisitos de Capacitação**

4.20. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

### **Requisitos Legais**

4.21. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal/1988, além de:

4.22.1. Lei nº 8.078/1990; Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994; Lei nº 9.472/1997; Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008; IN SG/MPDG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012; Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015; IN SG/MPDG Nº 05, de 26 de maio de 2017; Decreto 10.024/2019; Resolução ANATEL nº 715, de 23 de outubro de 2019; Lei 14.133/2021; IN SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021; IN IBAMA Nº 6, de 27 de janeiro de 2022; IN SEGES Nº 58, de 8 de agosto de 2022; IN SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022; IN SEGES/ME Nº 77, de 4 de novembro de 2022; IN SEGES/ME Nº 81, de 25 de novembro de 2022; IN SGD /ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022; IN SEGES/ME Nº 98, de 26 de dezembro de 2022; e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

### **Requisitos de Manutenção**

4.22. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela CONTRATADA, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.22.1. A assistência/suporte técnico deverá ser prestada nas cidades de instalação dos equipamentos. Em caso de assistência fora do local de entrega, a CONTRATADA responsabilizar-se-á por todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondente, empregando todo o corpo técnico necessário para desmontagem e montagem do equipamento no local de retirada e destino.

4.22.2. Para chamados de Assistência Técnica, a empresa deverá dar solução no prazo definido para cada Item.

4.22.3. O serviço de suporte técnico contemplará atividades tais como:

4.22.3.1. Orientações sobre a configuração de enlaces e seções de rede entre os roteadores e, eventualmente, switches do CONTRATANTE;

4.22.3.2. Apoio na recuperação de ambientes em caso de panes.

4.22.3.3. Ativação de resiliência em substituição aos enlaces contratados, enquanto perdurar a resolução da degradação severa de desempenho ou perda total da transmissão, solicitada pela CONTRATANTE.

4.22.4. A CONTRATADA deverá oferecer uma Central de Atendimento.

4.22.4.1. A Central de Atendimento deverá incluir atendimento remoto (chamado), em língua portuguesa, por telefone (0800 ou equivalente à ligação gratuita) obrigatoriamente e por sistema de ticket ou por e-mail, que pode dar origem às Ordens de Serviço (OS), fornecendo, nesse momento o número, data e hora de abertura do chamado.

4.22.5. O suporte técnico e o detalhamento das chamadas abertas deverão:

4.22.5.1. Ser realizados em português, de forma clara e concisa, evitando o uso de siglas, apelidos e quaisquer outras abreviaturas.

4.22.5.2. Ser de fácil interpretação e entendimento para pessoas leigas em relação à Tecnologia da Informação.

4.22.5.3. Ser fechados com autorização expressa do CONTRATANTE.

4.22.6. Não deverá haver qualquer limitação para o número de:

4.22.6.1. Solicitações de suporte técnico; e

4.22.6.2. Servidores do CONTRATANTE autorizados a abrir chamados de suporte técnico para os itens deste Termo de Referência.

4.22.7. A qualquer momento, havendo dúvidas quanto à qualidade de um determinado serviço ou enlace, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a execução de uma medição de qualquer dos parâmetros, a qual deverá ser executada em até 7

(sete) dias corridos após a solicitação. O tempo em que o circuito ficar interrompido para a realização da medição não será computado para o cálculo dos NMS, conforme CADERNO DE MÉTRICAS E NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS (NMS).

4.22.8. A abertura do chamado indicará o início para contagem do tempo de solução das ocorrências.

4.22.8.1. Os prazos para resolução dos chamados estão descritos no subitem 4.26 dos **Requisitos Temporais**.

4.22.9. O responsável técnico pelo gerenciamento da rede da CONTRATADA deverá reunir-se, quando solicitado, com os técnicos do CONTRATANTE e nas suas dependências do CONTRATANTE, para apresentar os relatórios consolidados de gerência e de nível de serviços, bem como apresentar melhorias nos processos de gerenciamento da rede quando for o caso.

4.22.10. A CONTRATADA deverá garantir também os NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO definidos no CADERNO DE MÉTRICAS E NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS (NMS).

4.22.11. A CONTRATADA deverá garantir a possibilidade de ativação de resiliência dos enlaces contratados, para o caso de degradação severa de desempenho ou perda total da transmissão.

**Requisitos Temporais**

4.23. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.24. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.25. Todos os prazos citados, quando não expressos de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.26. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

4.26.1. Os chamados serão classificados conforme nível de severidade e estão descritos na tabela a seguir:

Níveis de Severidade	Descrição	Tipo Atendimento	Tempo Atendimento	Tempo Solução	Tempo Solução Definitiva
1	Chamados associados às situações de alto impacto, incluindo os casos de degradação severa de desempenho	Remoto ou no local	No máximo 2 (duas) horas após abertura do chamado	Até 10 (dez) horas contadas do início do atendimento	Até 5 (cinco) dias contados do início do atendimento
2	Chamados referentes às situações de baixo impacto ou para aqueles problemas que se apresentam de forma intermitente, incluindo os casos em que haja a necessidade de substituição de componente(s) que possua(m) redundância	Remoto ou no local	No máximo 6 (seis) horas após abertura do chamado	Até 48 (quarenta e oito) horas contadas do início do atendimento	Até 20 (vinte) dias contados do início do atendimento
3	Chamados com o objetivo de sanar dúvidas quanto ao uso ou implementação do produto	Remoto	No máximo 48 (quarenta e oito) horas após abertura do chamado	No máximo 8 (oito) dias após abertura do chamado	No máximo 8 (oito) dias após abertura do chamado

4.26.2. O atendimento remoto poderá resultar em necessidade de intervenção física no local da instalação, nos casos de severidade 1 e 2.

4.26.3. Caso seja demandada, por parte do CONTRATANTE, a presença do técnico nas severidades 1 e 2, indicados na tabela acima, este deverá comparecer no local do chamado nos prazos correlacionados a partir deste acionamento.

4.27. As datas de entregas, que complementam os requisitos temporais, estão contidas nos Requisitos de Implantação, do presente Termo de Referência.

**Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.28. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

4.28.1. A contratada deverá se submeter aos procedimentos de segurança, que devem ser seguidos para a entrada de pessoal civil, estranho ao efetivo permanente das Organizações Militares.

### **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.29. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.29.1. A adoção de ações pelo licitante, voltadas para a equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, poderá ser utilizado como critério de desempate no presente processo licitatório, de acordo com o Art. 5º do Decreto Nº 11.430, de 8 de março de 2023.

4.29.2. As ações de equidade consideradas são as constantes do § 1º do Art. 5º do Decreto Nº 11.430, de 8 de março de 2023.

4.29.3. A contratada deverá observar criteriosamente as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, em obediência ao previsto na IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

4.29.3.1. utilização de produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.29.3.2. adotar medidas para o desperdício de água tratada;

4.29.3.3. utilizar equipamentos que geram ruído no seu funcionamento, observadas para isso a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994;

4.29.3.4. fornecer aos empregados os equipamento de segurança necessários à execução dos serviços;

4.29.3.5. providenciar o descarte de material junto as associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, caso ocorra;

4.29.3.6. respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

4.29.3.7. prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008, caso ocorra.

4.29.4. A contratada deverá adotar boas práticas de educação socioambiental, em benefício da economia de energia elétrica, água e outros, bem como utilizar utilizar material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2.

4.29.5. Em caso de substituição das vias ópticas para transmissão de dados, a CONTRATADA deverá prover o descarte adequado do material substituído, preferencialmente, com reutilização ou descarte com entidades que promovem a reciclagem.

4.29.6. Deverão ser respeitados os requisitos de segurança da informação e privacidade dispostos nos Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade, do presente Termo de Referência.

### **Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.30. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.31. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.31.1. Caso a CONTRATADA disponibilize equipamento roteador, este deverá atender no mínimo os seguintes requisitos:

4.31.1.1. suportar RFC791 (Internet Protocol), RFC1583 (OSPF), RFC950, RFC1878 (suporte a subnets), RFC 1213 (MIB-II), RFC1155 (SMI-TCP/IP), RFC1157 (SNMP V3), RFC1631 (NAT), IEEE 802.1Q VLAN trunking, TFTP, FTP ou SCP ou SFTP, SSH v2 e RFC 4271 (BGP-4);

4.31.1.2. possuir as funcionalidades Netflow, ou compatível, que serão habilitadas sempre que o CONTRATANTE solicitar. Consideram-se funcionalidades compatíveis ao NetFlow e NBAR aquelas que possibilitem a exportação de dados de análise e contabilização de fluxos e as que permitam a classificação de fluxos por deep packet inspection até camada 7 (sete), respectivamente;

4.31.1.3. permitir o acesso a comunidades (SNMP) de leitura nos CPE, quando houver, e nos PE da rede;

4.31.1.4. aplicar, nos seus roteadores ou em outros equipamentos de suas redes, processos de autenticação baseados em assinaturas digitais, utilizando os certificados digitais fornecidos pelo CONTRATANTE, emitidos pela ICP-EB e/ou AC-

Defesa. O processo de autenticação deve, obrigatoriamente, realizar consultas prévias a servidores informados pelo CONTRATANTE, visando à verificação da validade dos certificados digitais fornecidos;

4.31.1.5. possuir no mínimo duas interfaces Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps ou 10 Gbps, este quando for o caso, para conexão à LAN do CONTRATANTE;

4.31.1.6. possuir chassis modular com acessórios para montagem em gabinetes padrão de 19 (dezenove) polegadas;

4.31.1.7. possuir alimentação elétrica compatível com operação em 127 V ou 220 V alternados e frequência de 60 Hz. A solução deverá garantir continuidade de funcionamento do equipamento, podendo tal requisito ser atendido por meio de recursos internos ou externos ao equipamento (como nobreaks, estabilizadores ou soluções equivalentes). Caso o equipamento opere em corrente contínua, a CONTRATADA deverá fornecer todos os recursos necessários para sua adequada ativação e funcionamento.

4.31.1.8. vir acompanhado dos cabos necessários para interconexão aos equipamentos de rede do CONTRATANTE, em conformidade com as recomendações do fabricante e padrões internacionais vigentes;

4.31.1.9. estar equipado com cabos de alimentação, de console e com as mídias necessárias;

4.31.1.10. a CONTRATADA deverá providenciar o aterramento de seus equipamentos, quando necessário, sendo que o CONTRATANTE poderá fornecer o ponto de terra nas suas instalações;

4.31.1.11. ser entregue com o sistema operacional na sua versão mais atualizada. Durante a vigência do contrato deverão ser fornecidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, todas as atualizações que se fizerem necessárias ao sistema operacional desse roteador;

4.31.1.12. permitir o repasse dos eventos de conexões rejeitadas e de segurança aos servidores Syslog do CONTRATANTE;

4.31.1.13. sincronizar seus relógios com o serviço de tempo (NTP) do CONTRATANTE;

4.31.1.14. ter aplicado no roteador ou em outros equipamentos de suas redes, quando solicitado pelo CONTRATANTE, outras implementações de segurança, tais como controle de acesso aos dispositivos e listas de acesso;

4.31.1.15. possuir memória flash suficiente para armazenar simultaneamente 2 (dois) firmware, permitindo o rollback remoto da versão no menor intervalo de tempo possível;

4.31.1.16. permitir ao CONTRATANTE ter privilégio de leitura no roteador e o direito de verificar a correta aplicação das políticas de segurança lógica do mesmo, através da realização de auditorias nos ambientes físicos e lógicos da CONTRATADA, caso julgue necessário. No mínimo, os seguintes privilégios deverão ser atribuídos às credenciais fornecidas: todos os comandos show necessários para diagnóstico e auditoria da configuração; ping, traceroute e telnet com parâmetros adicionais; entre outros comandos que o CONTRATANTE requisitar, desde que se restrinjam à leitura e diagnóstico de problemas; e

4.31.1.17. caso sejam utilizadas soluções baseadas em centros de limpeza de dados com redirecionamento do tráfego de entrada, transmitir tráfego legítimo à rede do CONTRATANTE pela Internet utilizando-se túneis GRE (Generic Routing Encapsulation) previamente configurados com, no mínimo, dois centros de mitigação distintos.

## **Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.32. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.32.1. o recebimento do serviço será dado apenas após o ateste das características especificadas no Termo de Referência e seus apêndices;

4.32.2. o CONTRATANTE indicará, a seu critério, equipe de profissionais de seu quadro de militares para acompanhar e executar a entrega do serviço, em conjunto com os profissionais da equipe da CONTRATADA;

4.32.3. todas as atividades de instalação e implantação desempenhadas pela CONTRATADA deverão ter, como preocupação primária, a transferência do conhecimento à equipe técnica do CONTRATANTE designada a acompanhar cada atividade;

4.32.4. as entregas e os serviços de instalação, configuração e implantação devem ser realizados, quando necessário, localmente nas dependências do CONTRATANTE, e serem realizados em horários que não prejudiquem os processos de negócio do CONTRATANTE. O CONTRATANTE poderá autorizar a realização dos serviços remotamente e durante o horário de expediente se, ao seu exclusivo critério, entender que não oferece risco aos serviços de TI em produção;

4.32.5. após a instalação dos equipamentos e do cabeamento, não poderá haver cabos sem proteção mecânica, soltos, por cima do piso elevado ou que obstruam a frente ou visibilidade dos equipamentos instalados; e



4.32.6. cabos de dados e de energia não poderão passar juntos, devendo existir uma distância ou separação física entre eles.

## **Requisitos de Implantação**

4.33. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.33.1. a CONTRATADA deve elaborar o Plano de Implantação, o Plano de Configuração, a Matriz de Responsabilidade, o Plano de Comunicação e o Cronograma das Atividades;

4.33.2. deverão ser incluídos os modelos dos documentos de controle que devem ser utilizados durante a Fase de Implantação do Projeto e de Operação da Rede, tais como: Relatório de análise, Relatório de Implantação, Ordens de Serviço (OS);

4.33.3. a confecção do relatório do análise pode ser apoiada com informações prestadas por militares de cada Organização Militar (Ponto de Presença) e/ou do 21º CT. No entanto, a responsabilidade das informações contidas no documento é da CONTRATADA;

4.33.4. todos os documentos previstos no subitem anterior devem ser entregues ao CONTRATANTE devidamente assinados pelos responsáveis da CONTRATADA;

4.33.5. o Plano de Implantação deve apresentar as configurações físicas e lógicas dos enlaces, incluindo, marca e modelo dos equipamentos e módulos e adaptadores previstos a serem utilizados, bem como as conexões físicas e lógicas necessárias para atender aos requisitos estabelecidos;

4.33.6. o Plano de Configuração deve estabelecer padrões em relação à configuração dos equipamentos da rede, tais como: VLANs, descrições, usuários e senhas (se for o caso), dados para monitoramento (como communities SNMP), localização geográfica (latitude e longitude) e outras julgadas pertinentes;

4.33.7. a Matriz de Responsabilidade deve incluir a atribuição de responsabilidade para os principais agentes envolvidos em cada uma das atividades previstas para a Fase de Implantação, desde o início dos serviços até a emissão do Termo de Encerramento da Implantação, dentro dos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência;

4.33.8. o Plano de Comunicação deve estabelecer os mecanismos e recursos que devem ser utilizados para comunicação entre as partes durante as diversas atividades da implantação. Para definição do modelo de comunicação deve ser considerada a criticidade das informações e a necessidade de formalização de assuntos que possam, em algum momento durante a vigência do contrato, causar divergência de opiniões entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA;

4.33.9. as informações tratadas em todas as reuniões realizadas, presencial ou por (vídeo/áudio) conferência, podem ser registradas em atas devidamente assinadas pelos participantes da CONTRATADA e do CONTRATANTE, principalmente nos casos em que existam ações decorrentes para os envolvidos;

4.33.10. o Cronograma das Atividades deve incluir todas as atividades previstas para serem realizadas durante a Fase de Implantação, com destaque para aquelas que necessitem de intervenção local da CONTRATADA nos CTA/CT, tais como visitas de análise e de implantação;

4.33.10.1. o Cronograma deve incluir o planejamento individual das atividades necessárias em cada um das OM previstas para serem atendidas pela implantação;

4.33.10.2. o CONTRATANTE deve apresentar todas as informações necessárias à elaboração do cronograma, incluindo, a relação dos pontos previstos para serem inicialmente atendidas, em ordem de prioridade;

4.33.11. a CONTRATADA deve apresentar as documentações em, no máximo, 10 (dez) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato;

4.33.12. o CONTRATANTE constituirá uma Comissão para Implantação dos Enlaces, que será responsável pela análise e aprovação da documentação e, posteriormente, pela coordenação das implantações;

4.33.13. a Comissão terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a apresentação da documentação, para analisá-lo e emitir um parecer sobre a viabilidade técnica e administrativa da sua execução;

4.33.14. caso a Comissão não aprove a documentação, a CONTRATADA tem um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para realizar as correções necessárias, conforme parecer do CONTRATANTE;

4.33.15. a Comissão deve analisar a nova documentação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, deve emitir o parecer final. A não conformidade da referida documentação pode resultar em rescisão total do contrato de prestação de serviços, além das multas e penalidades previstas neste Termo de Referência;

4.33.15.1. após a aprovação da documentação, a CONTRATADA tem um prazo de 5 (cinco) dias corridos para iniciar as atividades previstas no cronograma previsto;

4.33.15.2. no prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a realização do análise, a CONTRATADA deve apresentar, em formato digital assinado, o relatório correspondente e informar a existência, ou não, de qualquer pendência na infraestrutura do local da instalação que possa causar indisponibilidade ou degradação do serviço contratado. Se for o caso, o CONTRATANTE é responsável por adotar as providências internas necessárias para sanar os problemas encontrados;

4.33.15.3. caso existam pendências na infraestrutura e o CONTRATANTE não possa saná-las no prazo de 10 (dez) dias corridos, a implantação deve ser considerada suspensa;

4.33.15.4. o reagendamento de uma implantação suspensa por problemas na infraestrutura deve ocorrer após confirmação formal do CONTRATANTE de que as pendências foram sanadas. A CONTRATADA tem um prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da data da confirmação, para realizar a referida implantação, sem comprometer o andamento das outras atividades previstas no cronograma;

4.33.16. caso a CONTRATADA precise realizar outras atividades nos pontos de instalação, não previstas inicialmente no cronograma, o CONTRATANTE deve ser informado com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência para que as ações relacionadas sejam devidamente alinhadas e previamente agendadas com o responsável no local;

4.33.17. após a entrega de cada enlace, após a devida finalização dos testes, em conformidade com os requisitos especificados, inicia-se o PFE (Período de Funcionamento Experimental) do Ponto de Presença, sem ônus para o CONTRATANTE, que tem por objetivo a verificação do correto funcionamento durante o tempo necessário para acompanhar um ciclo do Padrão de Atividade do Negócio (PAN) do CONTRATANTE;

4.33.17.1. Durante o PFE, devem ser sanados eventuais problemas de implantação e operação do enlace.

4.33.17.2. O PFE é considerado finalizado após a emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP) e Termo de Recebimento Definitivo (TRD) pelo CONTRATANTE.

4.33.17.3. O Termo de Recebimento Provisório será emitido em até 10 (dez) dias corridos, contados da conclusão da implantação do circuito, devendo incluir a data de finalização do PFE, após a entrega de cada enlace, desde que verificado o cumprimento satisfatório dos níveis de serviço estabelecidos.

4.33.17.4. Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o CONTRATANTE é responsável por realizar as medidas técnicas e administrativas necessárias para a validação da entrega do PP e emitir o Termo de Recebimento Definitivo correspondente.

4.33.17.5. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido em até 5 (cinco) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

4.33.17.6. O Termo de Recebimento Definitivo tem por finalidade validar o início da operação do PP. Somente após a emissão do referido Termo, inicia-se o faturamento correspondente ao Ponto de Presença implantado, de forma retroativa, se for o caso, a contar da data de finalização do PFE.

4.33.17.7. A emissão do Termo de Recebimento Definitivo é condicionada, também, ao fornecimento do Relatório de Implantação do Ponto de Presença, em versão digital, que deve conter as informações referentes ao 'análise', ao 'as built' e ao detalhamento técnico em cada Ponto de Presença com, no mínimo, as seguintes elementos descritivos:

4.33.17.7.1. Diagrama detalhado com: infraestrutura de acesso, forma de ligação com o backbone da CONTRATADA, marca e modelo dos equipamentos de acesso;

4.33.17.7.2. Interface ao equipamento do CONTRATANTE que estará interligado interligados ao Ponto de Presença; e

4.33.17.7.3. Outras informações necessárias à continuidade do serviço e à tomada de decisões pelo CONTRATANTE.

## **Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.34. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

## **Requisitos de Experiência Profissional**

4.35. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados na prestação do serviço em questão, bem como para a instalação e ativação nos pontos de presença, empregando todos os recursos e ferramentas necessários para a prestação dos serviços.

## **Requisitos de Formação da Equipe**

4.36. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

### **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.37. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pela CONTRATADA de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.38. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.39. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.40. A execução do serviço deve ser acompanhada pela CONTRATADA, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.

### **Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.41. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.41.1. A CONTRATADA deve estar plenamente aderente as políticas e normas do CONTRATANTE quanto à segurança de informações, zelando pelo seu cumprimento, responsabilizando-se, inclusive, pelas ações de seus agentes.

4.41.2. A CONTRATADA deve garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possa ter acesso.

4.41.3. Todas as informações da execução do serviço são consideradas confidenciais não sendo permitida sua divulgação por meio da CONTRATADA ou seus agentes sem autorização prévia e expressa do CONTRATANTE.

4.41.4. Responsabilização por falhas de segurança: no caso de não cumprimento das premissas aqui dispostas, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas previstas no contrato firmado entre as partes, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação pertinente.

4.41.5. A prestação dos serviços, assim como as soluções propostas, deve estar em conformidade com as normas ISO/IEC NBR 27002 e RFC 3871, complementares e aplicáveis ao objeto da contratação.

4.41.6. Nos equipamentos empregados devem ser configurados todos os mecanismos de segurança, nele presentes, que visem à prestação segura do serviço, livre de falhas que possam comprometer sua segurança e integridade.

4.41.7. Os equipamentos devem ser fornecidos livres de mecanismos que permitam acesso remoto (como por exemplo, backdoors) a seus dados, configurações ou informações neles armazenadas ou transmitidos, para qualquer fim, sem que haja prévia aprovação do CONTRATANTE.

### **Vistoria**

4.42. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 09:30 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 16:00 horas.

4.43. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.44. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.44.1. A vistoria poderá ser agendada contatando os locais de instalação pelos números a seguir:

4.44.1.1. 21º Centro de Telemática: (31) 3508-9737; e

4.44.1.2. 7º Centro de Telemática de Área: (61) 3415-7070 / (61) 2035-7070 (também WhatsApp).

4.45. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.46. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **Sustentabilidade**

4.47. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos no item 4.28, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.47.1. observância dos atendimentos previstos nas Resoluções CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994 e nº 401, de 4 de novembro de 2008; e

4.47.2. observância dos atendimentos previstos nas Normas ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.48. Na presente contratação não serão indicadas marcas ou modelos.

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.49. Poderão ser vedados produtos que não possuam certificação homologada pela ANATEL, ou que não atendam aos Requisitos da Arquitetura Tecnológica.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.50. Na presente contratação não será exigida carta de solidariedade.

#### **Subcontratação**

4.51. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.51.1. instalação da última milha, correspondente ao circuito dedicado entre a Borda do Provedor (PE, Provider Edge) e o UNI ou o CE.

4.51.2. é vedada a subcontratação completa do objeto, que consiste no serviço de conectividade dedicada de dados, em camada 2, por meio de fibra óptica, entre os pontos de presença, na velocidade de 500 Mbps.

#### **Da exigência de amostra**

4.52. Não será realizada verificação de amostra do serviço para averiguar se o projeto apresentado pela licitante detém os requisitos mínimos necessários para realização dos serviços a serem contratados, de acordo com as funcionalidades, procedimentos e critérios objetivos descritos neste Termo de Referência e seus apêndices.

#### **Garantia da contratação**

4.53. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões apresentadas no Estudo Técnico Preliminar, tendo em vista que o serviço é considerado comum e é prestado por diversas empresas de telecomunicações, que funcionam sob normas reguladoras da Anatel.

## **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

## 5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

### **5.2.4.1. Encaminhar à Fiscalização do CONTRATANTE, com periodicidade mensal, relatório detalhado referente à prestação do serviço contratado, contendo:**

**5.2.4.1.1. informações detalhadas dos chamados abertos e fechados, com ênfase para aqueles resolvidos no mês; e**

**5.2.4.1.2. todas as informações sobre os atendimentos, incluindo o passo a passo detalhado das ações realizadas, devendo servir de referência na solução de incidentes e problemas futuros.**

**5.2.4.2. A composição e formatação dos relatórios serão definidas em conjunto, CONTRATANTE e CONTRATADA, após a assinatura do Contrato.**

**5.2.4.3. Informar ao CONTRATANTE, com o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas e, preferencialmente, durante o horário de expediente da CONTRATANTE, o nome completo, número de documento de identidade e horários das visitas a serem feitas às instalações do CONTRATANTE durante a execução dos serviços, mantendo seus funcionários devidamente identificados no interior do CONTRATANTE.**

**5.2.4.4. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que possa vir a causar atrasos ou interrupções na execução e operação do serviço contratado.**

**5.2.4.5. Comunicar ao Fiscal de Contrato, por escrito, todas as ocorrências que possam vir a impossibilitar /postergar a execução dos serviços.**

**5.2.4.6. Informar ao Fiscal Técnico do Contrato sobre mudanças ocorridas na forma, conteúdo ou funcionalidade do sistema, quando houver.**

**5.2.4.7. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidente, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados.**

**5.2.4.8. Responder por todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão de obra e os demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.**

**5.2.4.9. Prestar qualquer tipo de informação solicitada pelo CONTRATANTE sobre os serviços contratados, bem como fornecer qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto deste Termo de Referência.**

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução[A2]

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: da emissão da ordem de serviço;

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho são os constantes nos requisitos da contratação e nos apêndices deste Termo de Referência.

### Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.2.1. 21º Centro de Telemática, situado na Avenida Raja Gabágliã, 450, Gutierrez, Belo Horizonte - MG, CEP 30.441-070, Geolocalização: -19.940337,-43.955772; e

5.2.2. o 7º Centro de Telemática de Área, situado na Av. Duque de Caxias S/N SMU 7º Centro de Telemática de Área, Brasília - DF, 70630-000, Geolocalização: -15.773144, -47.932229.

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

6.3.1. Para o serviço de conectividade dedicada, 24 (vinte e quatro) horas em todos os dias da semana.

6.3.2. Para a instalação da última milha e configuração nos pontos de presença:

6.3.2.1. De segunda-feira até quinta-feira, no período de 09:30 horas até 16:30 horas;

6.3.2.2. Na sexta-feira, no período de 08:30 horas até 12:00 horas.

### Rotinas a serem cumpridas

6.4. A execução contratual observará as rotinas descritas nos requisitos da contratação.

### Materiais a serem disponibilizados

6.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

**6.5.1. Antes da entrega e instalação do equipamento, a CONTRATADA deve avaliar as condições elétricas do local, de modo a evitar eventuais problemas de sobrecarga na rede ou queima de equipamento;**

**6.5.2. A voltagem dos equipamentos deverão atender a condição elétrica de cada localidade;**

**6.5.3. Os equipamentos deverão ser instalados com todos os itens acessórios de hardware, firmware e software necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo cabos, conectores, interfaces, suportes, drivers de controle, programas de configuração, etc;**

**6.5.4. A CONTRATADA deve se responsabilizar por toda a conectorização (elétrica, comunicações, etc) local para o perfeito funcionamento dos equipamentos especificados, bem como a respectiva identificação dos circuitos dos equipamentos instalados.**

**6.5.5. Deverá ser realizada a instalação, configuração e ativação de todos os software que acompanhem o equipamento, quando for o caso.**

**6.5.6. O material deverá atender os requisitos técnicos e procedimentos de ensaios aplicáveis à certificação de produtos para telecomunicações de categoria III, conforme Atos de certificação de produtos da ANATEL.**

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

6.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.6.1. correta observância dos requisitos da contratação supracitados e o atendimento do Apêndice B deste Termo de Referência.

#### **Formas de transferência de conhecimento**

6.7. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.8.1. O CONTRATANTE pode solicitar, após o período mínimo de vigência do contrato, a desativação de qualquer um dos enlaces. A partir da data de emissão da OS correspondente, a CONTRATADA tem o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para concluir a desativação do referido PP;

6.8.2. O CONTRATANTE não deve, em momento algum, ser responsável por quaisquer ônus relacionados à desativação de PP;

6.8.3. Haverá um registro dos Pontos de Presença desativados de modo a lançar a data de desativação e assim permitir o cálculo proporcional da mensalidade ao período do mês em que permaneceu ativo;

6.8.4. No caso de alteração de perfil/taxa dos enlaces, temporária ou definitiva, o CONTRATANTE deve arcar apenas com o ônus, quando houver, correspondente à diferença da taxa de instalação entre a categoria original e a nova categoria solicitada, mesmo quando necessário a troca de equipamentos ou de outros componentes da infraestrutura;

6.8.5. O CONTRATANTE deve indicar, no mínimo, em caso de alteração temporária de categoria, na OS correspondente, as datas de ativação e desativação, a categoria original e a nova categoria solicitada para o referido PP;

6.8.6. Caso, durante a vigência do contrato, seja necessário alterar a categoria de um PP que tenha sido, em outra oportunidade, ampliado e para o qual a diferença de taxas de instalação já tenha sido cobrada e devidamente paga, o CONTRATANTE não deve ser responsável pelo ônus referente a uma nova taxa de instalação;

6.8.7. O CONTRATANTE pode solicitar formalmente, mediante OS, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação a data prevista na OS para retorno à categoria original, a prorrogação do período de uma alteração de categoria temporária. A OS adicional deve informar, obrigatoriamente, uma nova previsão para restabelecimento da categoria original;

6.8.8. Haverá um registro de modo a lançar a data de alteração e assim permitir o cálculo proporcional da mensalidade ao período correspondente a tal ajuste.

#### **Quantidade mínima de serviços para comparação e controle**

6.9. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no apêndice C.

## Mecanismos formais de comunicação

6.10. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes: ordem de serviço; ata de reunião; ofício; e-mails e cartas.

## Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.11. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.12. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos apêndices deste Termo de Referência.

# 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não *necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante toda a execução do contrato.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

## Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do art. 31 da IN SGD/ME nº 94/2022, e ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

## Rotinas de Fiscalização



7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### **Fiscalização Técnica**

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Fiscalização Administrativa**

7.20. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.22. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.22.1. **O fiscal administrativo deverá prestar apoio ao Gestor do Contrato, quando solicitado pelo mesmo.**

### **Gestor do Contrato**

7.23. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.23.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.23.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.23.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.23.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1.A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Apêndice B - Caderno de Métricas e Níveis Mínimos de Serviços**.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados,

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios estabelecidos no **Apêndice B - Caderno de Métricas e Níveis Mínimos de Serviços**.

8.4.1. **Os testes para verificação do enlace frente a CONTRATADA serão feitos utilizando-se o software Iperf, podendo ser outro similar, desde que em comum acordo entre as partes.**

### Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o **período mensal**.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A6]

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

**8.22.1. Os testes para verificação do enlace frente a CONTRATADA serão feitos utilizando-se o software Iperf, podendo ser outro similar, desde que em comum acordo entre as partes.**

### **Liquidação**

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **ICTI (Índice de Custo de Tecnologia da Informação)** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

8.39. A presente contratação não permitirá a antecipação de pagamento parcial ou total.

Reajuste

8.48. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19 de dezembro de 2025.

8.49. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.50. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.51. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.52. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.53. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.54. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.55. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.56. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.56.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.56.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.56.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.56.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.57. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo, de acordo com os níveis de severidade elencados e o previsto no caderno de métricas e níveis mínimos de serviços (apêndice B deste Termo de Referência):

Id	Evento	Glosa/Multa

1	Não atender os Níveis Mínimos de Serviços previstos		Conforme tabela constante no apêndice B deste Termo de Referência.
2	Não atender os prazos de atendimentos deste Termo de Referência	Severidade tipo 1 – tempo de restabelecimento	Multa de 0,5% por hora de atraso, limitada a 10% do valor mensal do contrato.
		Severidade tipo 1 – tempo de solução definitiva	Multa de 0,5% por hora de atraso, limitada a 10% do valor mensal do contrato.
		Severidade tipo 2 – tempo de restabelecimento	Multa de 0,5% por hora de atraso, limitada a 10% do valor mensal do contrato.
		Severidade tipo 2 – tempo de solução definitiva	Multa de 0,5% por hora de atraso, limitada a 10% do valor mensal do contrato.
		Severidade tipo 3 – tempo de restabelecimento	Multa de 0,5% por hora de atraso, limitada a 10% do valor mensal do contrato.
		Severidade tipo 3 – tempo de solução definitiva	Multa de 0,2% por hora de atraso, limitada a 10% do valor mensal do contrato.
3	Não atender os prazos de instalação deste Termo de Referência		Conforme Sanções Aplicáveis do Modelo de Gestão do Contrato deste Termo de Referência.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,3% (três décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (xxxxx por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **50% (cinquenta por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO sob o regime de execução de empreitada por preço unitário.

### **Regime de Execução**

10.2. O regime de execução do contrato será por preço unitário.

### **Exigências de habilitação**

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de telecomunicações, expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações nos termos do art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 10.26.Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 10.27.Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 10.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

10.32. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.33. **Registro ou inscrição da empresa na ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), em plena validade;**

10.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

#### **Qualificação Técnico**

10.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

**10.34.1.1. Contrato de prestação de serviço de conectividade dedicada, de 01 (um) circuito com velocidade de 500 Mbps ou superior.**

**10.34.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.**

10.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.34.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.36. A comprovação de capacidade técnica poderá ser realizada por meio de atestados de capacidade técnica ou, alternativamente, por cópias de contratos, notas fiscais, termos de recebimento ou outros documentos idôneos, que comprovem a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133 /2021.

10.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

10.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

10.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.43.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.43.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.43.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.43.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.43.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.43.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.43.1. ata de fundação;

10.43.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.43.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.43.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.43.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.43.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.43.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 76.926,60 (setenta e seis mil novecentos e vinte e seis reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela do subitem 1.1 acima, coletados em pesquisa de preços**.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 0001;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 271416;

IV) Elemento de despesa: 33904013; e

V) Plano interno: K9TLMSIREME.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

#### Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Contratada deverá concluir a implantação dos enlaces	60 (sessenta) dias após o recebimento da OS	Contido na contratação
Contratada deverá elaborar o Plano de Implantação, o Plano de Configuração, a Matriz de Responsabilidade, o Plano de Comunicação e o Cronograma das Atividades	10 (dez) dias corridos a partir da assinatura do contrato.	Contido na contratação
Comissão de Implantação de Enlaces deve analisar e emitir um parecer sobre a viabilidade técnica e administrativa da execução dos planos apresentados	5 (cinco) dias úteis após a apresentação da documentação.	Atribuído a Administração
Contratada deverá realizar correções que se fizerem necessárias	5 (cinco) dias úteis após o recebimento do parecer da Comissão.	Contido na contratação
Comissão de Implantação de Enlaces deve analisar a nova documentação e emitir um parecer final.	5 (cinco) dias úteis após a apresentação da documentação corrigida.	Atribuído a Administração
Contratada deverá iniciar as atividades previstas em cronograma, após aprovação da documentação	5 (cinco) dias corridos após o recebimento do parecer final da Comissão	Contido na contratação
Contratada deverá apresentar, em formato digital assinado, o relatório correspondente e informar a existência, ou não, de qualquer pendência na infraestrutura da OM que possa causar indisponibilidade ou degradação do serviço contratado	5 (cinco) dias corridos após a realização da análise das pendências na infraestrutura dos locais de instalação.	Contido na contratação
Contratante deverá emitir o termo de recebimento provisório, após a entrega de cada enlace implantado	15 (quinze) dias corridos, após a entrega de cada enlace implantado.	Atribuído a Administração
Contratante deverá emitir o termo de recebimento definitivo, a contar do TRP	15 (quinze) dias corridos após a emissão do TRP.	Atribuído a Administração

#### Anexos

- Apêndice A\_ETP160118\_000074\_2025
- Apêndice B\_Caderno de Métricas e Níveis Mínimos de Serviços

- Apêndice C\_Ordem de Serviço
- Apêndice D\_Termo de Recebimento Provisório
- Apêndice E\_Termo de Recebimento Definitivo
- Apêndice F\_Termo de Compromisso de manutenção do sigilo
- Apêndice G\_Termo de Ciência

## 14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Declaro aprovado o presente Termo de Referência.

**ALEX PAIVA DE OLIVEIRA**

Integrante técnico



*Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 15:26:25.*

Despacho: Declaro aprovado o presente Termo de Referência.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** **YURI GAMA PACHECO**  
Data: 27/05/2026 09:31:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**YURI GAMA PACHECO**

Integrante técnico

Despacho: Declaro aprovado o presente Termo de Referência.

**LINELSON DA SILVA LIMA**

Integrante administrativo



*Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 15:15:03.*

Despacho: Declaro aprovado o presente Termo de Referência.

**WESLEY BRITO TOSTA**

Integrante administrativo



*Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 15:07:11.*

Assinado de forma digital por  
PEDRO FORNARI:05360103744  
Dados: 2026.05.27 10:35:31 -03'00'

**PEDRO FORNARI**

Autoridade competente